



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SOROCABA**  
**FORO DE SOROCABA**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA 28 DE OUTUBRO, 691, Sorocaba-SP - CEP 18087-080**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### DESPACHO

Processo Digital nº: **1004270-34.2016.8.26.0602**  
 Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência**  
 Requerente: **Supermercado Zaia Ltda**  
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>  
 Principal << Nenhuma informação disponível >>:  
 >>:

### CONCLUSÃO

Em 05 de julho de 2016 faço estes autos conclusos à Dr<sup>a</sup>. **ALESSANDRA LOPES SANTANA DE MELLO**, MM<sup>a</sup>. Juíza de Direito. Eu, Ana Cristina Maia do Amaral, Assistente Judiciário, mat. 316.160, subscrevi.

### Vistos.

Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por **SUPERMERCADO ZAIA LTDA – CNPJ nº 02.720.255/0001-70**, instruído com a documentação necessária à apreciação do pedido. Consoante o artigo 52 da Lei nº 11.101/05 – LRF – Lei de Falência e Recuperações, estando em termos a documentação exigida pelo artigo 51 desse diploma, **DEFIRO O PROCESSAMENTO** da recuperação judicial e procedo às seguintes determinações:

1. Nomeio como administrador judicial o escritório **ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA** (com regular habilitação perante este Juízo), na pessoa de sua sócia **ANTONIA VIVIANA SANTOS OLIVEIRA CAVALCANTE**, para fins do artigo 20, inciso II, devendo ser intimada por via eletrônica, para que, em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, sob pena de substituição (artigos 33 e 34).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SOROCABA****FORO DE SOROCABA****2ª VARA CÍVEL****RUA 28 DE OUTUBRO, 691, Sorocaba-SP - CEP 18087-080****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do que determina o artigo 24 da referida Lei, fixo a remuneração do Administrador Judicial em 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, que deverão ser mensalmente amortizados no montante de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) **depositados em conta judicial** em favor do Administrador Judicial, sendo que eventual saldo remanescente deverá ser quitado até o encerramento da Recuperação.

**2.** Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para a contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou ainda creditícios, observado o disposto no artigo 69 da mencionada Lei.

**3.** Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do artigo 6º da Lei em questão, permanecendo os respectivos autos no Juízo em que tramitam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º da Lei nº 11.101/05 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do artigo 49 desse diploma. Comunique-se às Varas Cíveis (inclusive Vara da Fazenda Pública), dando conta da presente decisão, preferencialmente por via eletrônica.

**4.** Determino ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

**5.** Comunique-se, por ofício, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento.

**6.** Determino a expedição do edital a que se refere o § 1º e seus incisos, do artigo 52 da Lei nº 11.101/05. Em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do comitê de credores ou a substituição de seus membros, observado o disposto no § 2º do artigo 36 da mencionada Lei.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SOROCABA****FORO DE SOROCABA****2ª VARA CÍVEL****RUA 28 DE OUTUBRO, 691, Sorocaba-SP - CEP 18087-080****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

7. Na hipótese prevista no inciso III, do *caput*, do artigo 52 da LFR, caberá ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes.

8. Por fim, deverá o devedor atentar que **as custas processuais (correspondências, editais, etc.), são de sua responsabilidade**, bem como para o prazo fixado no artigo 53 da LRF para apresentação do plano de recuperação, sob pena de convolação em falência.

9. Intime-se o Ministério Público.

Cumpra-se.

Int.

Sorocaba, 06 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**